



que a filosofia do SINAES está baseada no PAIUB. Lembrou que muitas instituições não permaneceram com avaliação após o PAIUB. Esclareceu que o SINAES, ao invés de se basear na acreditação, que é o selo de qualidade, baseou-se na regulação, como selo de mediocridade. Relatou que a licença para funcionar com avaliação prejudica a excelência. O Senhor Guilherme Marback pontuou que as punições advindas da regulação prejudicam as instituições particulares que realizam grandes investimentos. Além disso, ressaltou que o ciclo da avaliação é curto, isso impede a maturação de alguma ação corretiva feita pela instituição. O Senhor Robert Verhine pontuou que o Brasil entrou nessa ação de ranking de uma forma muito rápida. Esclareceu que, quando se foca em acreditação, não se fala em ranking. Relatou que entende a necessidade de se reduzir a quantidade de visitas *in loco*, mas que se dar excelência baseado somente nos indicadores, sem visita *in loco*, é complicado. Sugeriu a redução da escala. Sugeriu também aplicar-se um processo especial para atribuir conceito 5 a uma instituição, por meio de uma comissão criada entre a avaliação institucional e a avaliação *in loco*. Essa comissão recomendaria a avaliação *in loco*, para instituições candidatas a nota 5. O Senhor Sérgio Franco pontuou que a lei dispõe que uma faculdade com excelência no ensino deverá ter nota 5, contudo, relatou que não há um parâmetro para isso. Explicou também que não se consegue analisar, na avaliação *in loco*, o resultado, mas sim, o funcionamento, por exemplo, questões de gestão, de relação dos alunos com os docentes são possíveis de serem analisadas. Sugeriu a criação do selo de excelência que diferenciaria instituições com IGC 5. A Senhora Cláudia Griboski perguntou se o governo pagaria esse processo. O Presidente da CONAES pontuou que seria melhor ser pago pelas instituições interessadas. A Senhora Cláudia Griboski disse que isso geraria competição. O Senhor Sérgio Franco respondeu que não. Esclareceu que seria apenas para certificar, identificar instituições de excelência, inclusive, em nível internacional. O Presidente da CONAES pontuou que é preciso ter um referencial mínimo de qualidade, para uma instituição emitir diploma, bem como um selo para identificar instituições excelentes. Ressaltou a importância de se ter universidades de massa. Logo após, iniciou-se a discussão sobre o seminário da CONAES. O Senhor Robert Verhine pontuou que se deve iniciar a entrega dos convites. O Senhor Sérgio Franco relatou que os convites deverão ser encaminhados pela CONAES, mas que os membros da CONAES deverão entrar em contato telefônico para reforçar o convite. O Presidente da CONAES se prontificou em entrar em contato com Hélio Trindade, Nadja Viana, Denise Leite, Paulo Speller, bem como com o presidente da ANDIFES, UNE, FASUBRA e CONTEE. O Senhor Robert Verhine se prontificou em entrar em contato com Silke Weber, Reinaldo Fernandes, Renato Pedrosa, Claudio de Moura Castro, Wagner Andriola, Simon Schwartzman e Lívio Amaral. O Senhor Sandro Pimentel relatou que também reforçará o convite feito à FASUBRA. O Senhor Reginaldo Meloni também se prontificou em reforçar o convite com a UNE. Passou-se a outro informe geral. O Senhor Sérgio Franco relatou que fez um contato com o ministro de Cabo Verde. Esclareceu que chegará, em breve, uma solicitação para que o Brasil auxilie Cabo Verde no processo de avaliação. Relatou que será necessário um acordo de cooperação internacional. Pontuou que Cabo Verde já saiu da lista dos países mais pobres do mundo. O Presidente da CONAES esclareceu que já está pensando em uma proposta com duas etapas: uma envolvendo a concepção do sistema, outra a execução. Explicou que será necessária uma visita à Cabo Verde. Pontuou que o sistema deles não é muito grande. O Senhor Robert Verhine relatou que é positivo o fato do modelo de avaliação do Brasil estar se estabelecendo como referencial. Perguntou à Senhora Cláudia Griboski se o processo de pagamento de passagens para avaliadores estrangeiros havia sido resolvido. A Senhora Cláudia Griboski respondeu que não, pois

10 11 12

90  
f

o processo ainda está no Ministério do Planejamento. Ademais, a Senhora Cláudia Griboski ressaltou que há um projeto de lei tramitando no congresso que possibilitará ao bacharel dar aulas, mesmo sem pós-graduação. O Senhor Reginaldo Meloni pontuou que a CONAES deveria emitir uma nota, ou parecer sobre o assunto. O Senhor Sandro Pimentel também considerou importante essa ação. O Presidente da CONAES pontuou ser importante ter sempre alguém da CONAES respondendo a estas demanda. Sugeriu que o próprio Reginaldo Meloni fizesse uma resposta. A Senhora Cláudia Griboski se disponibilizou a passar alguns dados, a fim de ajudar na resposta. **O Presidente da CONAES iniciou outro tema da pauta: encaminhamentos a partir das contribuições advindas das audiências públicas.** Relatou que fez um esquema para se trabalhar as contribuições. Pontuou que existem algumas contribuições filosóficas e outras mais pontuais. Pontuou que as mais complicadas são aquelas que trazem questões gerais e pontuais. O Senhor Sérgio Franco solicitou que Guilherme Marback falasse um pouco sobre as audiências, pois esteve presente nas três. O Senhor Guilherme Marback relatou que na Audiência Pública, de Brasília, falou-se mais sobre o sistema. Nas outras, foram muitas contribuições, destacando-se a questão do corpo docente. Explicou que pouco se falou sobre infra-estrutura e projeto pedagógico. Considerou que a questão do coordenador de curso foi bastante destacada, visto que os representantes das IES e das Entidades que representam as IES desejam o retorno do indicador "titulação do coordenador de curso". O Senhor Robert Verhine considerou muito boa a apresentação inicial em power-point. Ponderou que a questão da qualidade foi bem discutida, pois há dificuldade das instituições alcançarem o padrão de excelência, devido às questões regionais. Pontuou que a diferença entre regulação e avaliação ainda tem que ser enfatizada, pois não está clara para o público. Destacou que outras questões levantadas diziam respeito à subjetividade nas avaliações e capacitação dos avaliadores. Considerou que Cláudia Griboski respondeu muito bem a esta última, tendo em vista a existência de 3.800 avaliadores. O Senhor Reginaldo Meloni considerou as audiências públicas um processo muito rico. Percebeu que ocorreram contribuições gerais e técnicas. Sugeriu que algumas questões fossem respondidas, pois apresentavam dados estatísticos como, por exemplo, as da ABED. Sugeriu que a resposta fosse também por meio de dados estatísticos. O Presidente da CONAES considerou o pronunciamento do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Privado bastante ofensivo, mais na forma de expressar do que no conteúdo. Explicou que a CONAES não é obrigada a acatar todas as colocações. A Senhora Cláudia Griboski considerou que o item que foi retirado, porque a moda e mediana estavam em 5, talvez pudesse retornar, apenas para registro no instrumento, sem contar na pontuação. A respeito das manifestações relativas a cursos em EAD, a Senhora Cláudia Griboski relatou ter se surpreendido. Considerou que talvez existam projetos inovadores, em EAD, que não estejam contemplados nos instrumentos. O Senhor Sérgio Franco considerou os índices apresentados pela ABED elevados. Ressaltou que se deve ter um olhar cuidadoso sobre esses dados. O Presidente da CONAES projetou um formulário para análise das manifestações realizadas nas audiências públicas, no qual seriam destacados os seguintes dados: 1- nome da entidade ou instituição; 2- data da audiência pública em que ocorreu a manifestação; 3- tipo de contribuição: geral, específica, ou fora do objetivo; 4- identificação do instrumento para qual é aplicável a contribuição: geral, direito, ou medicina; 5- identificação de contribuições destinadas à escala; 6- identificação do indicador a que se refere à manifestação; 7- sugestões de um novo indicador e contribuições gerais. A Senhora Cláudia Griboski sugeriu que seja feito um documento único como resposta. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que se faça uma planilha em Excel, a fim de se analisar quais foram as contribuições realizadas, por

11/10

Ant

SM

indicador. Solicitou que uma comissão do INEP fizesse essa análise. O Senhor Robert Verhine sugeriu que as discussões sobre os pronunciamentos sejam registradas em ata e que isso seja o registro das respostas às manifestações. O Presidente da CONAES considerou encerrada a reunião no período matutino, mas antes leu dois ditames de acreditação de cursos da Bolívia, que estavam pendentes de homologação: um relativo ao curso de Agronomia, da Universidad Autonoma Gabriel René Moreno, outro relativo ao curso de Arquitetura da Universidad Mayor San Andres. Leu os ditames, que eram favoráveis à acreditação e, após aprovação de todos, os homologou. Ainda no período matutino a Senhora Cláudia Griboski relatou que era preciso discutir a data de fechamento do sistema, 31 de março, para a inserção de relatórios de auto-avaliação, pois muitas instituições estavam solicitando flexibilidade com relação a esse prazo. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que o prazo fosse mantido, mas que, caso a instituição tivesse necessidade de postar o relatório mais tarde, ela encaminhasse uma justificativa, que seria analisada pela comissão de avaliação. Encerrou-se o primeiro turno da reunião. Iniciou-se o período da tarde, com o Presidente da CONAES explicando que a demanda para auxílio na implantação do sistema de avaliação de cursos de Cabo Verde é para agosto. A Senhora Cláudia Griboski perguntou quem pagará as passagens. O Presidente da COANES afirmou que as passagens seriam pagas pelas autoridades de Cabo Verde. Sobre o seminário da CONAES, o Senhor Sérgio Franco leu uma minuta do convite para os painelistas do Seminário SINAES: avaliações e perspectivas. Todos concordaram com a redação. **Iniciou-se a discussão acerca dos indicadores e sua relação com a avaliação.** O Presidente da CONAES relatou que foi feito um estudo para que se colocasse, na composição do CPC, só professores de tempo integral. Contudo, verificou-se que em uma das redes é pouca a quantidade de professores em tempo integral, esse fato prejudicaria o CPC. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que fossem considerados os horistas. Esclareceu que o que se analisa na visita *in loco* e o que o CPC fornece são dados diferentes. Pontuou ainda que, perante isso, o CC não necessariamente substituiria o CPC. Explicou que, de acordo com a Portaria nº40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada com as alterações da Portaria nº 23, de 1º de dezembro de 2010, o CPC é um conceito preliminar que, depois de 30 dias, se torna um Conceito de Curso. Contudo, afirmou que, na prática, não é assim que ocorre, pois os cursos que tiverem um CPC menor que 3, recebem visitas. O Senhor Adalberto Grassi pontuou que o IGC é calculado com o CPC, havendo, portanto, um vazio na existência do CC. Sugeriu que a avaliação *in loco* substituísse, definitivamente, o CPC. O Presidente da CONAES comentou que o ENADE é uma prova, é um incidente, então, a fidedignidade dele é fraca. Sugeriu que se pensasse em outros indicadores. O Senhor Adalberto Grassi sugeriu que se fizesse uma média do CPC e do CC, para se ter o resultado. A Senhora Cláudia Griboski afirmou que nem todos possuem esses dois conceitos. O Sérgio Franco relatou que os cursos são avaliados e os resultados podem ser descritos em uma curva normal. A Senhora Cláudia Griboski afirmou que os resultados da avaliação *in loco* são frágeis para se fazer substituição dos indicadores. O Presidente da CONAES pontuou que o problema é que avaliação *in loco* está atrelada à regulação, por isso está prejudicada. A Senhora Cláudia Griboski pontuou que o ciclo avaliativo do ENADE é curto. Sugeriu que esse fosse de 5 em 5 anos. O Senhor Robert Verhine sugeriu que fossem utilizadas outras variáveis. Sugeriu também que se estabelecessem critérios para percentual de doutores, dentro do CPC. O Senhor Sérgio Franco sugeriu que se criassem indicadores com base no Censo, esses seriam variáveis intervenientes. A Senhora Cláudia Griboski esclareceu que o Censo tem como foco a instituição e não, o curso. O Senhor Sérgio Franco explicou que sua idéia seria fazer uma composição e não, uma substituição. O Senhor Robert Verhine sugeriu também a

1 1 1 6

Adalberto...

90  
JK

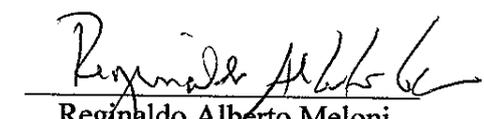
criação de pré-requisitos, por exemplo, se uma instituição não possui certa infraestrutura, o curso não pode ter certa avaliação. O Senhor Robert Verhine perguntou se há outras fontes que não seja o Censo. O Senhor Sérgio Franco citou os dados do projeto ALFA: número de cursos por vagas; percentual de alunos fora da área da instituição; relação do aluno por docente por turno; taxa de abandono por curso. A Senhora Cláudia Griboski e o Senhor Sérgio Franco sugeriram que uma pessoa do INEP, a qual domine os dados que estão no Censo, participe da próxima reunião da CONAES para auxiliar na composição dos indicadores. O Presidente da CONAES pontuou que está se convencendo de que se deve ter uma cesta de indicadores e que a avaliação geral se baseia nesses, e avaliação *in loco* se baseia só em um específico. O Senhor Robert Verhine sugeriu a concepção de um IGC mais robusto. Além disso, sugeriu visita *in loco* para instituições com nota 1, 2 e 5, além de se ampliar o tempo do ciclo. O Presidente da CONAES pontuou que se poderia ter um reconhecimento que seja válido por 6 anos, mas tendo-se um ENADE baixo, far-se-ia uma visita intermediária. O Senhor Sérgio Franco perguntou à Cláudia Griboski como estava o processo de avaliação dos cursos de Bacharelados Interdisciplinares. A Senhora Cláudia Griboski afirmou que ainda estava em análise. Ressaltou que esses são exemplos de cursos que não vão ter ENADE, nem CPC. O Presidente da CONAES encerrou a reunião, reforçando os encaminhamentos para a próxima reunião da CONAES: 1- trazer o Moreno, do INEP, para relatar quais dados do Censo são possíveis de serem aproveitados em novos indicadores para o SINAES; 2- análise das manifestações ocorridas nas Audiências Públicas, feita pelo INEP; 3- análise do questionário que o aluno responde no ENADE. E não havendo nada mais na proposta de pauta que pudesse ser desenvolvido na reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, e eu, Juliana Bueno Mendonça Ribeiro Frois, para tudo constar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes, depois de lida e aprovada.

Brasília, 12 de julho de 2011.

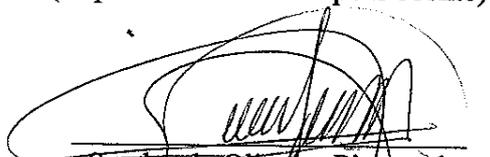
  
Sérgio Roberto Kieling Franco  
(Presidente)

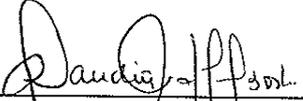
  
Guilherme Marback Neto  
(Notório Saber)

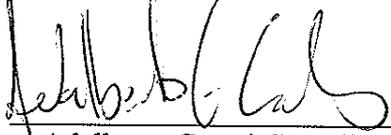
  
Robert Evan Verhine  
(Notório Saber)

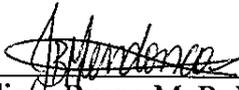
  
Reginaldo Alberto Meloni  
(Representante do Corpo Docente)

  
Maria Clara Kaschiny Schneider  
(Notório Saber)

  
Sandro de Oliveira Pimentel  
(Representante do Corpo Técnico Administrativo)

  
Cláudia Maffini Griboski  
(INEP)

  
Adalberto Grassi Carvalho  
(CAPES)

  
Juliana Bueno M. R. Frois  
(Secretária Executiva da CONAES)